



SP + Digital



/governosp


[/ Destaques](#) / Estado aprimora governança regional do saneamento e avança na universalização

ESTADO APRIMORA GOVERNANÇA REGIONAL DO SANEAMENTO E AVANÇA NA UNIVERSALIZAÇÃO



SEMIL

- [Gabinete](#)
- [Subsecretaria de Meio Ambiente](#)
- [Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico](#)
- [Subsecretaria de Energia e Mineração](#)
- [Subsecretaria de Logística e Transportes](#)

Contato Imprensa

- [Entre em contato com a Imprensa da Semil](#)

16/08/2023

Decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas regulamenta Unidades Regionais de Serviços de Água Potável e Esgotamento Sanitário

O Governo de São Paulo publicou, nesta quarta-feira (16), o decreto 67880/23 que aprimora a governança e a representatividade das Unidades Regionais de Serviços de Água Potável e Esgotamento Sanitário na prestação de serviços de saneamento básico no território paulista. A medida amplia as ações estaduais para antecipar metas de universalização – o Novo Marco do Saneamento estabelece metas de 99% da população com acesso à água potável e 90% a coleta e tratamento de esgoto até 2033.

“O decreto é importante porque além de aprimorar a governança das Unidades Regionais, ele traz mais eficiência aos conselhos deliberativos, que serão os responsáveis por garantir os investimentos previstos para universalização de água e saneamento aos municípios”, disse o governador.

“O critério que adotamos para estruturar a governança das Unidades Regionais é o de proporcionalidade em relação às populações dos municípios, respeitando também o conceito de titularidade da prestação dos serviços de saneamento em regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas. Ainda garantimos a representatividade de todos os entes e de populações rurais, originárias e tradicionais para avançar com a agenda da universalização”, avalia Natália Resende.

O principal benefício do decreto é dar efetividade e representatividade às Unidades Regionais. Embora tenham sido criadas em 2021, até agora não houve implementação prática dos conselhos deliberativos. Pelas novas regras, os conselhos passam a ter representantes do Governo do Estado, das prefeituras e da sociedade civil.

O poder de voto em cada unidade fica dividido em 38% para o Estado, 56% para os municípios e 6% para a sociedade civil. A novidade é que o decreto estadual passa a contemplar populações rurais, originárias e tradicionais no segmento social.

Os conselhos vão deliberar sobre a celebração de contratos, convênios, parcerias para serviços de abastecimento de água e saneamento. Também poderão opinar sobre alterações de prazo, objeto ou demais cláusulas dos acordos.

Metas de saneamento

Para alcançar as metas de universalização do saneamento, o Governo de São Paulo conta com duas frentes de atuação. Uma delas é a [desestatização da Sabesp](#), que ampliará a capitalização da companhia para que as metas do Novo Marco do Saneamento sejam atingidas em 2029 com redução tarifária e novas tecnologias.

Para as outras três unidades regionais, o Governo do Estado lançou o programa [UniversalizaSP](#), que prevê apoio técnico à estruturação de novas concessões ou parcerias em municípios com serviços próprios de água e esgoto. O prazo para adesão das cidades à iniciativa vai até setembro.

Notícias relacionadas

- [DER fez quase 80 mil atendimentos nas rodovias de São Paulo no primeiro quadrimestre do ano](#)
- [Governo de SP e Consulado Britânico promovem diálogos sobre sustentabilidade](#)
- [SIMA destaca importância da universalização do saneamento em Congresso](#)

Tags: [governador Tarcísio de Freitas](#), [GovernoSP](#), [Natália Resende](#), [Secretária Natália Resende](#), [SEMIL](#), [tarcísio de freitas](#), [Universalização do Saneamento](#), [UniversalizaSP](#)



+55 11 3133-3000 | Av. Professor Frederico Hermann Junior, 345 | Alto de Pinheiros - CEP 05459-900 - São Paulo

2023 | Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

